

O Enfermeiro na atenção primária frente as IST's na população LGBT

The nurse in primary care in front of STI in the LGBT population

La enfermera de atención primaria frente a ITS en población LGBT

Recebido: 28/06/2022 | Revisado: 14/07/2022 | Aceito: 16/07/2022 | Publicado: 22/07/2022

Jéssica Macário Fabrício

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8404-1237>
Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Brasil
E-mail: jessicamfabricio@hotmail.com

Jefferson Bruno Lima Pedreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8799-0518>
Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Brasil
E-mail: jlimapedreira@gmail.com

Matheus Trancoso Surcin dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1097-9569>
Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Brasil
E-mail: matheus.trancoso@hotmail.com

Thaynná Silva Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6778-8248>
Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Brasil
E-mail: thaynnamagalhaes42@gmail.com

Gloria Maria Costa Rodriguez

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4456-4575>
Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, Brasil
E-mail: glorinha_rodriguez@hotmail.com

Resumo

Objetivo: Discutir o preconceito e a limitação ainda existente por profissionais da saúde na atenção primária frente às IST's com pessoas LGBT e colocar o enfermeiro como instrumento principal do diagnóstico ao tratamento. **Metodologia:** A busca foi feita com base na relação entre os conteúdos desses temas e a questão norteadora do estudo, realizando um recorte dentro dos seis últimos anos. Após análise ainda mais cautelosa, para identificar e buscar as evidências que dialogam com o objeto desse estudo, obteve-se a amostra final de 12 artigos de um total de 54 achados, resultando em uma revisão integrativa. **Resultados e discussão:** Para possibilitar um melhor estudo e compreensão dos artigos, foi elaborado um quadro sinóptico, onde foi apresentado a síntese de todos os artigos que foram inseridos na pesquisa e que representam a base para elaboração da discussão sobre a atribuição do enfermeiro na atenção primária frente às IST's na população LGBT. **Conclusão:** Os profissionais de saúde reconhecem a vulnerabilidade da população LGBT e que existe a necessidade de conhecimento sobre o assunto. Existe a necessidade de maior busca de conhecimento, capacitação e recursos para ofertar uma melhor assistência.

Palavras-chave: IST's; Atenção primária; Minorias Sexuais e de Gênero; Vulnerabilidade em Saúde; Política Pública.

Abstract

Objective: To discuss the prejudice and the limitation that still exists by health professionals in primary care in the face of STI with LGBT people and place the nurse as the main instrument from diagnosis to treatment. **Methodology:** The search was based on the relationship between the contents of these themes and the guiding question of the study, taking a cut within the last six years. After an even more careful analysis, to identify and seek evidence that dialogues with the object of this study, a final sample of 12 articles was obtained from a total of 54 findings, resulting in an integrative review. **Results and Discussion:** To enable a better study and understanding of the articles, a synoptic table was elaborated, which presented the synthesis of all articles that were inserted in the research and that represent the basis for the elaboration of the discussion on the attribution of nurses in primary care in relation to STI in the LGBT population. **Conclusion:** Health professionals recognize the vulnerability of the LGBT population and that there is a need for knowledge on the subject. There is a need for a greater search for knowledge, training and resources to offer better assistance.

Keywords: STI; Primary attention; Sexual and Gender Minorities; Health Vulnerability; Public policy.

Resumen

Objetivo: Discutir el prejuicio y la limitación que aún existe por parte de los profesionales de la salud en atención primaria ante las ITS con personas LGBT y situar a la enfermera como principal instrumento desde el diagnóstico hasta el tratamiento. **Metodología:** La búsqueda se basó en la relación entre los contenidos de estos temas y la pregunta orientadora del estudio, tomando un corte dentro de los últimos seis años. Luego de un análisis aún más cuidadoso, para identificar y buscar evidencias que dialogan con el objeto de este estudio, se obtuvo una muestra final de 12 artículos de un total de 54 hallazgos, dando como resultado una revisión integradora. **Resultados y discusión:** Para posibilitar un mejor estudio y comprensión de los artículos, se elaboró una tabla sinóptica, que presentó la síntesis de todos los artículos que se insertaron en la investigación y que representan la base para la elaboración de la discusión sobre la atribución de enfermeras en atención primaria en relación a las ITS en la población LGBT. **Conclusión:** Los profesionales de la salud reconocen la vulnerabilidad de la población LGBT y que existe la necesidad de conocimiento sobre el tema. Es necesaria una mayor búsqueda de conocimientos, formación y recursos para ofrecer una mejor asistencia. Incluir o resumo em espanhol.

Palabras clave: ITS; Atención primaria; Minorías sexuales y de género; Vulnerabilidad de la salud; Política pública.

1. Introdução

O presente trabalho motiva-se pelo desafio de dissuadir o preconceito acerca das infecções sexualmente transmissíveis, colocar o profissional enfermeiro como instrumento principal do diagnóstico ao tratamento e mostrar sua significativa importância nesse aspecto dentro da atenção primária, pois as infecções sexualmente transmissíveis (IST) prosseguem como um importante desafio para saúde pública em função da sua característica pandêmica e por sua gravidade (Cunha, et al. 2015).

As Infecções Sexualmente Transmissíveis são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, transmitidas, principalmente via contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de preservativo com uma pessoa infectada. Outra maneira de transmissão é a vertical, que ocorre durante a gestação, no parto ou na amamentação, quando medidas de prevenção não são realizadas adequadamente.

Em relação às infecções sexualmente transmissíveis temos o Vírus do HIV que é um dos mais temidos pela população em geral. Os primeiros casos foram reconhecidos nos Estados Unidos, em função de um conjunto de sintomas, o sarcoma de kaposi e pneumonia pelo pneumocystis carinii, em pacientes homossexuais masculinos provenientes de grandes cidades. Como a incidência, no início, era predominantemente entre homossexuais, suspeitou-se que houvesse relação entre a doença e este estilo de vida.

No entanto, não tardaram a surgir casos entre heterossexuais e crianças recém-nascidas. Apesar disso, as principais características epidemiológicas continuaram sugerindo que a doença era infecciosa, transmitida por via sexual, vertical e parental. Somente em 1984, quando milhares de pessoas já haviam contraído a doença, que o retrovírus, considerado agente etiológico da AIDS, foi descoberto.

Quando falamos de infecção sexualmente transmissível na população LGBT precisamos primeiro entender um pouco dessa comunidade: O Dia do Orgulho LGBT foi criado em 1969, e tem sua origem nas lutas em torno do bar Stonewall em Nova York, em 28 de junho de 1969, quando uma multidão se rebelou contra a polícia, que tentava prender homossexuais. Por três dias e por três noites pessoas LGBT e aliadas resistiram ao cerco policial e a data ficou conhecida como a Revolta de Stonewall.

Surgiu o Gay Pride (orgulho gay) que conseguiu a atenção de muitos países, em especial dos Estados Unidos, para os seus problemas. Essas pessoas buscavam apenas o respeito próprio e social, além do reconhecimento de que tinham e têm direitos civis iguais. Nasceu então o movimento pelos direitos dos homossexuais.

No dia 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal Brasileiro, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil.

Posteriormente, em dezembro de 2008, no maior evento do movimento LGBT do Brasil, o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT, também decidiu-se pelo uso da sigla LGBT.

Por mais que hoje já se tenha conhecimento de que a homossexualidade não tenha relação com o HIV, este pensamento retrógrado e preconceituoso povoa a cabeça da sociedade brasileira. Diversos incentivos têm sido realizados pelo país com fins de desconstruir esta ideia, assim como a de que pessoas que convivem com o vírus do HIV são seres sentenciados à morte.

Campanhas oficiais tentam focar na prevenção e mostrar que os soropositivos podem levar uma vida completamente normal, sendo o preconceito o pior problema relacionado à Aids. Segundo o Ministério da Saúde a concentração maior de casos é na faixa etária de jovens entre 20 e 24 anos embora tenham informações suficientes para evitar o contágio, mesmo que nos últimos anos ocorreu uma queda de casos, houve um aumento de em mulheres gestantes infectadas.

O tratamento das pessoas com IST melhora a qualidade de vida e interrompe a cadeia de transmissão. O atendimento, com diagnóstico e tratamento é gratuito nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Infecções Sexualmente Transmissíveis). A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde do SUS, e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. No texto constitucional a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médica sanitária. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais.

É de comum intenção contribuir para a reflexão sobre alguns dos fatores que podem interferir de maneira substancial no processo de saúde da população LGBT. Gerando o aprofundamento sobre algumas das questões próprias a cada segmento, sublinhando a importância da atenção básica e primária dos profissionais da saúde frente às reações em cadeia que implicam o processo de vulnerabilidade e que conduzem ao adoecimento dessa população, dessa forma destaca-se como questão norteadora: Como ocorre o manejo e a assistência prestada pelo(a) profissional enfermeiro(a) dentro da atenção primária à população LGBT.

Em consonância com o contexto exposto, esse estudo tem como objetivo geral: analisar a importância do profissional de enfermagem frente as IST's na população LGBT, visto que as instituições de saúde devem ter um ambiente acolhedor, livre de preconceitos e com atenção integral à população, com reconhecimento de suas especificidades na oferta de ações e serviços correspondentes, respeitando a identidade de gênero e a forma como a pessoa deseja ser reconhecida perante a sociedade.

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBT instituída pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (substituída pela Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 Anexo XXI, Capítulo I), considera a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais da saúde e visa à eliminação das iniquidades e desigualdades em saúde dessa população.

Enfrentar toda a discriminação e exclusão social implica promover a democracia social, a laicidade do Estado e, ao mesmo tempo, exige ampliar a consciência sanitária com mobilização em torno da defesa do direito à saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos como componente fundamental da saúde. Essa Política apresenta os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil organizada na promoção da saúde, na atenção e no cuidado em saúde, priorizando a redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, assim como o combate à LGBTfobia e à discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto, o presente trabalho justifica-se pela reflexão sobre as abordagens do enfermeiro na saúde da população

LGBT em ISTs, na Atenção Primária e no cuidado a esta população para a construção de um tratamento mais humanizado, com o objetivo de dissuadir o preconceito acerca das infecções sexualmente transmissíveis, colocar o profissional enfermeiro como instrumento principal do diagnóstico ao tratamento e mostrar sua significativa importância nesse aspecto dentro da atenção primária.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico de revisão integrativa em literatura que surgiu das seguintes etapas de elaboração: definição do tema e questão norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, definição das informações a serem extraídas dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação dos principais resultados e a elaboração do documento que contempla todas essas fases relatadas.

A revisão integrativa é desenvolvida a partir de materiais elaborados e publicados, constituídos principalmente de revistas e artigos científicos. Sua finalidade é colocar os pesquisadores em contato com o que foi produzido a respeito do seu tema de pesquisa (Mendes et al.2021)

A identificação da temática no presente estudo se iniciou com a combinação dos seguintes descritores: “Políticas Públicas” “Atenção Primária à Saúde”, “IST”, “AIDS”, “População LGBT”, “Enfermagem em Saúde Pública” e “Enfermeiro na Atenção Primária”. Esses termos foram empregados de forma simultânea e isolados. Posteriormente, foi identificada a questão de pesquisa: Como ocorre o manejo e a assistência prestada pelo(a) profissional enfermeiro(a) dentro da atenção primária à população LGBT?

No atual estudo, optou-se por pesquisar em períodos de divulgação em que foram consultadas bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF). Com finalidade de completar a busca, o Google Acadêmico também foi utilizado com os mesmos descritores previamente criados.

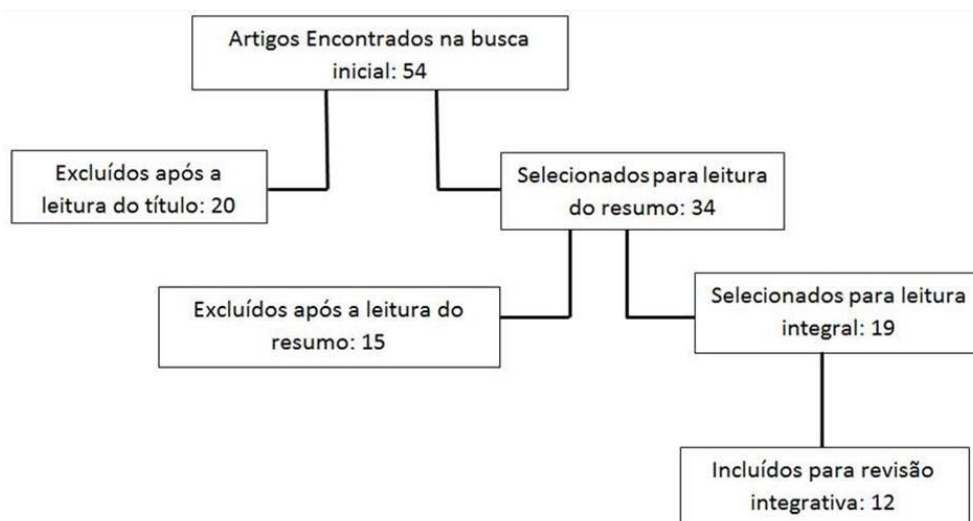
Após o levantamento das publicações, os títulos e resumos foram lidos e analisados segundo os critérios de exclusão e inclusão previamente estabelecidos e que trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento do estudo. Depois de analisados, obteve-se a amostra final de 12 artigos de um total de 54 achados.

O levantamento nas bases de dados foi realizado entre os meses de julho e setembro de 2021, os critérios de inclusão foram: a relação entre os conteúdos desses e a questão norteadora do estudo, a partir do recorte temporal captado entre os anos de 2015 a 2021, produções científicas disponíveis em textos completos e gratuitos. Foram excluídos artigos que não englobam a temática, duplicados e que estavam em idioma de publicação diferente do português.

Logo após, os artigos selecionados foram analisados de forma ainda mais cautelosa, para identificar e buscar as evidências que dialogam com o objeto desse estudo, resultando em uma revisão integrativa.

Segue abaixo, representado na figura 1, um fluxograma da busca e seleção dos artigos nas bases de dados indexadas, onde foram obtidos um total inicial de 54 artigos, e após a seleção dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos para revisão integrativa um total de 12 artigos.

Figura 1: Busca e seleção dos artigos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa. Autores.

3. Resultados

Para possibilitar um melhor estudo e compreensão dos artigos, foi elaborado um quadro sinóptico, representado no quadro 1, onde será apresentada a síntese de todos os artigos que foram inseridos na pesquisa e que representam a base para elaboração dos resultados, discussão e conclusão sobre a atribuição do enfermeiro na atenção primária frente às IST's na população LGBT. Todos os 12 artigos analisados advêm do Brasil. Quanto aos anos de publicações desses estudos, identificaram-se 4 artigos de 2019 (34%), 3 artigos de 2018 (25%), 2 artigos de 2020 (17%), 1 artigo no ano 2015, de 2016 e de 2021 (8% cada). Quanto à metodologia empregada, a maioria dos artigos foram de abordagem qualitativa, sendo também revisão integrativa, estudo transversal e reflexão crítico-interpretativa. A maioria dos autores dos artigos analisados são enfermeiros ou profissionais da área da saúde, o que revela a preocupação dos profissionais de enfermagem com o assunto, embora o tema não seja abordado de forma mais aprofundada na literatura acadêmica na área da saúde.

Quadro 1. Quadro expositivo dos artigos pesquisados neste estudo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2022.

AUTOR/ ANO	TÍTULO	OBJETIVOS
Guimarães R.C.P.; Lorenzo C.F.G.; Mendonça A.V.M -2021	Patologização e invisibilidade: reconhecimento das demandas e acolhimento da população LGBTna atenção básica	Analisar a percepção de profissionais da atenção básica sobre o reconhecimento de demandas e o acolhimento dado à população LGBT, buscando investigar a influência da Scientia Sexualis, tal como descrita por Foucault, na construção e manutenção de estigmas dirigidos a essa população.
Oliveira G.S; Nogueira J.A.; Costa G.P.P.; Medeiros R.L.S.F.M.; Oliveira T.; Almeida S. A.; -2018	Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais	Analisar, sob a ótica de profissionais da Equipe Saúde da Família, o acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transsexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família.
Bertelli B.R.M.C.; Krug S.B.F.; Reuter C.P.; Carabez R.; Somavilla V.E.C.; Petry A.P.; -2020	Percepções de enfermeiros acerca da população LGBT+ e os seus entrelaces com a Atenção Primária à Saúde	Busca investigar as demandas de saúde da população Lésbica, Gay, Bissexual e Trans (LGBT+), a partir das percepções de enfermeiros atuantes na Atenção Primária em Saúde.

Almeida F.T.; Arantes L.N.; -2019	A falta de efetividade das políticas públicas de acesso à saúde para a comunidade LGBT: Desafios do passado para o presente e futuro	Explicitar os desafios encontrados na linha do tempo, quanto à efetividade das políticas públicas de acesso à saúde para a comunidade LGBT normatizadas pelo Governo Federal, Brasil.
Maria J.M.B.; Alves J.H.; Felice E.V.P.F.; Moreira T.L.S.; Quirino G.S.; Albuquerque G.A. - 2018	Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família	Analisar a atenção prestada à população LGBT na estratégia na saúde da família
Bezerra M.V.R.; Moreno C.A.; Prado N.M.B.L.; Santos A.M.; - 2019	Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva	Construção de dados epidemiológicos e informações que traduzem a necessidade de saúde da comunidade LGBT
Barbosa T.L.A.; Gomes L.M.X.; Holzmann A.P.F.; Cardoso L.; Paula A.M.B.; Haikal D.S – 2016	Prática de aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis, HIV e aids, realizada por profissionais da atenção primária à saúde de Montes Claros, Minas Gerais	Investigar práticas dos profissionais de saúde no aconselhamento em IST.
Cunha G.H.; Fiuza M.L.T.; GirE.; Aquino P.S.; Pinheiro A.K.B.; Galvão M.T.G. - 2015	Qualidade de vida de homens com AIDS e o modelo da determinação social da saúde	Analisar qualidade de vida em homens com AIDS
Santana A.D.S.; Lima M.S.; Moura J.W.S.; Vanderley I.C.S.; Araújo E.C - 2019	Dificuldade no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros	Analisar as dificuldades de acesso aos serviços de saúde pelas pessoas LGBT.
Silva A.L.R.; Finkler M.; Moretti R.O. – 2019	Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT	Entrevista Bioética para entendimento da representações sociais da equipe de atenção básica à população LGBT
Fontinele D.C.S.S; Pereira F.C.C; Rocha K.M.M; Júnior L.S. L; Santos N.R.O - 2018	Ações de enfermagem para inserção dos homossexuais soropositivos nos serviços de saúde	Propõe uma reflexão do atendimento feito na APS às pessoas que vivem com HIV pelo profissional de enfermagem.
Silva A.S.M.; Alves G.J - 2020	Política Nacional de Saúde Integral de LGBT: percepção de enfermeiros da atenção primária à saúde	Analisar o conhecimento dos enfermeiros ao atendimento à população LGBT, conteúdo histórico, equidade e universalidade do atendimento de saúde.

Fonte: Dados da pesquisa.

4. Discussão

4.1 Atuação da Enfermagem frente ao manejo das IST 's na Atenção Primária de Saúde

O ato de cuidar tem seu conceito bastante amplo, que para o seu entendimento necessita compreender circunstâncias e/ou doutrinas adotadas. No contexto da enfermagem, às ações assistenciais à saúde do indivíduo e da coletividade não se remete apenas ao biológico, tampouco às enfermidades (Costa, et al. 2016). Segundo o Código de Ética Profissional de Enfermagem, os princípios desta ciência estão comprometidos com a saúde e a qualidade de vida da pessoa e da coletividade. Respeitando a vida, a dignidade e os direitos humanos. (Sena, et al. 2018)

No Brasil, o controle das ISTs requer protagonismo de todos os trabalhadores da saúde e compreensão da responsabilidade das diferentes instâncias do SUS. O principal serviço de saúde responsável por esse controle é a atenção básica, devendo existir ainda, quando necessário, a interação desse serviço com os de média e alta complexidade. Tendo em vista a quebra da cadeia de transmissão das ISTs, a unidade de saúde deve garantir, o mais breve possível, o acolhimento adequado e com privacidade, respeitando o princípio da integralidade. (Sena, et al. 2018)

De acordo com Barbosa et al. 2016, no artigo Prática de aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis, HIV e aids, realizada por profissionais da atenção primária à saúde de Montes Claros, que a ampliação do conhecimento dos profissionais de saúde e novas tecnologias vem com intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com ISTs e

HIV/aids, o atendimento tem o potencial de reduzir situações de risco de exposição às ISTs, ao permitir uma relação direta e personalizada com os usuários do serviço de saúde.

No estudo realizado constatou-se baixa proporção de médicos e enfermeiros qualificados em Saúde da Família, o que também pode contribuir para práticas autorreferidas inadequadas no aconselhamento. O aconselhamento é uma atividade a ser desenvolvida por profissional de saúde devidamente capacitado, não se limitando ao encaminhamento para teste de sorologia anti-HIV. É imprescindível inserir o aconselhamento em IST/HIV/Aids na formação desses profissionais, seja pelos programas de pós-graduação da academia, seja por ações de iniciativa do Ministério da Saúde, sempre com o objetivo de antecipar a oportunidade de detecção dessas doenças e a melhora da qualidade da abordagem do usuário pelos serviços de APS.

Constata-se que, historicamente, as pessoas LGBT vivenciam exclusão social, preconceito e negação à direitos sociais, sendo potencializados por contextos de vulnerabilidade. Elencam-se, atualmente, políticas públicas que objetivam minimizar as desigualdades existentes na população LGBT nacional.

No que condiz com a estigmatização e criminalização, Pereira e Monteiro (2015) ressaltam que o enfermeiro da Atenção Primária da Saúde (APS) tem um papel muito importante na educação popular e é por meio de ações informativas, que o referido profissional encontra meios de combater a criminalização e o estigma aos quais as pessoas vivendo com HIV/Aids sofrem. Sendo esses pontos de suma importância para o biopsicossocial dessa população e em especial aos homossexuais, já que há muitos destes indivíduos quando diagnosticados positivo para essa doença eram taxados como perigosos perante os demais na sociedade.

Fontinele, et al. 2018 com a temática: “Ações de enfermagem para inserção dos homossexuais soropositivos nos serviços de saúde”, relata que os últimos anos, pôde-se observar o engatinhar de estudos que trazem como tema a relação do enfermeiro com a prestação de cuidado aos pacientes que convivem com o HIV/Aids. No entanto, embora os referidos estudos não elenquem a saúde de homossexuais diagnosticados com HIV como foco, estes enfatizam que para tornar o cuidado humanizado, faz-se necessário assistir o outro além da doença, transmutal ao tratamento medicamentoso e curativista. (Isoldi, Carvalho, Carvalho & Simpson, 2017; Rocha et al., 2015)

A prática do assistir predispõe à interação do enfermeiro-paciente, e assim como a promoção à estruturação do cuidado do corpo, da mente e do social (Rocha, et al. 2015). O profissional de enfermagem deve estar atento às diversas formas de cuidado, não apenas focalizado no biológico e tecnicista, deve compreender e promover outros aspectos, tais como determinantes e condicionantes sociais da saúde, atentar para criminalização que o diagnóstico de HIV traz consigo e a partir de então, esse modo holístico de cuidar, permitirá entender a realidade a qual as pessoas que vivem com esta doença estão inseridas e os motivos que os levam ao abandono do tratamento, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, os porquês de não se protegerem e a criminalização a qual os sujeitos soropositivos sofrem (Cunha et al. 2015)

Portanto, compreende-se que o profissional enfermeiro tem um papel importante no contexto do HIV/Aids, que perpassa desde a minimização da transmissão dessa doença, até o cuidado das enfermidades oportunistas que este vírus desencadeia. Vale ressaltar que diante das dificuldades e fragilidades ainda encontradas no atendimento à Pessoa Vivendo com HIV, o enfermeiro deve ter um olhar integral para a prestação de uma assistência adequada e resolutiva. (Barbosa, et al., 2015).

Observando essas exposições, entende-se que o enfermeiro deve atuar empoderado com os princípios doutrinários do SUS, de forma universal, com integralidade, de modo equânime assim disponibilizando justiça, defendendo LGBT como portador de direitos e de forma humana para inserção de LGBT com IST's nos serviços de saúde, elencando as tarefas da equipe de enfermagem no atendimento ao referido sujeito, atentando para o fluxo de referência e contra referência das redes de atenção à saúde, bem como atuar de forma articulada com os profissionais desses serviços de referência se enquadra como uma ação que traz resolução para inserção do público LGBT aos serviços de saúde. (Mello et al. 2012)

4.2 Motivos que geram dificuldade ao acesso da população LGBT aos serviços da Atenção Primária de Saúde

Um dos grandes motivos que levam ao afastamento da população LGBT aos serviços de saúde são os obstáculos enfrentados por eles (indivíduo), como as situações de violência incluindo discriminação, constrangimento e estigma, o que gera um grande sofrimento mental. Ao se abordar o princípio da equidade dentro do SUS que considera a particularidade das necessidades de cada grupo que assim esperam ações de saúde diferenciadas dentro de suas demandas.

Um ponto de estudo, é acerca dos adolescentes LGBT, que ao buscar acesso aos serviços de saúde enfrentam uma dificuldade, pois os serviços exigem a presença de um familiar durante a consulta. A Grande maioria dos jovens perdem o vínculo com seus familiares devido a não aceitação frente ao protótipo heterocisnormativo, favorecendo a busca por informações não autênticas, que findam aumento das internações hospitalares, atividades sexuais desprotegidas e consequentemente os maiores índices de ISTs e ao HIV. (Santana, et al. 2019)

De acordo com Martins, et al. 2020, é necessário discutir como são feitos os atendimentos em saúde em relação ao público LGBT e suas particularidades na Atenção Primária de Saúde (APS). Santana et al. 2019, completa dizendo que os profissionais de saúde não estão preparados para atender a esse público de maneira integral, frequentemente invalida as diversas orientações sexuais, identidade de gênero e suas especificidades. Oliveira, et al. 2018 alerta a necessidade de reformular os espaços de saúde e trabalhar com as questões culturais derivadas de padrões heteronormativos, que podem influenciar na maneira como a homossexualidade e a transexualidade são visualizadas, sendo limitadores nos atendimentos de saúde potencializando situações de vulnerabilidade e incivilidade. (Martins, et al. 2020).

A neutralidade é um dos principais focos do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo assim uma relação de justiça e igualdade. Na esfera do sistema nacional de saúde o que se torna evidente, por exemplo, são os atendimentos individuais segundo suas necessidades, concedendo prioridades para aqueles que precisam mais e menos para aqueles que requerem menos cuidados. Com esse princípio, busca-se distinguir as diversas diferenças de vida, saúde e necessidades das pessoas levando em conta que o direito à saúde passa pelas diversas áreas sociais e atendendo toda a diversidade. (Albuquerque et. al 2013)

Percebe-se que a invisibilidade à saúde das pessoas LGBT está relacionada a um contexto social e político, sabendo que, verdadeiramente as pessoas LGBT experimentam a exclusão social, preconceito e negação aos direitos sociais, sendo potencializados por contexto de vulnerabilidade. Observa-se que as proporções da vulnerabilidade são válidas para expor características e os fatores que interferem nas questões de saúde e doenças da população LGBT. (Ayres et. al 2003)

As necessidades específicas e dificuldades enfrentados pela comunidade LGBT exigem um preparo, e a falta de treinamento pode aumentar o preconceito e a discriminação, derivando um atendimento de baixa qualidade e assim aumentando a incidência de doenças e seus fatores de risco. Por essa causa deve-se investir na educação dos profissionais e em diretrizes práticas para que assim haja uma ampla oferta, abrangente, científica e humanizada a esse grupo populacional. (Santos, 2009) A população LGBT é um grupo que durante muito tempo foi marginalizado e associado ao a propagação do HIV/Aids, essa associação na década de 80 ampliou o estigma, preconceito e a homotransfobia já presente na sociedade, mas estudos atuais revelam que o perfil de indivíduos infectados expandiu-se em indivíduos héteros e cisgêneros. Sendo notificados 125.806 novos casos em homens cisgêneros de 2010 a 2016 e 62.920 novos casos em mulheres cisgêneros. Esses dados caracterizam que o perfil de pessoas acometidas pelo HIV/Aids teve uma estimável mudança, embora ainda seja associada à população LGBT. (Santana et al. 2019)

Os serviços de saúde são porta de entrada para os usuários em busca de ajuda e devem ser os principais locais para a promoção da saúde onde os profissionais são tidos como referências. No entanto, se no atendimento à população LGBT ficar implícito algum tipo de preconceito ou pré-julgamento por parte do profissional de saúde, pode se perder a chance de criar um vínculo com essa população e possivelmente promover saúde física e emocional, o que pode levar a um possível abandono de tratamento dessas pessoas na APS.

Segundo Guimarães et al. 2021, para atingir e transformar subjetividades acerca da população LGBT é preciso fazer os profissionais e estudantes da saúde revisarem seus próprios preconceitos, com o auxílio de metodologias ativas que trabalhem com as emoções, empatia e favoreçam diálogos entre e sobre os diferentes, podendo usar narrativas reais ou dramatização de conflitos ocorridos, sendo assim fundamentais no processo formador.

Toda a equipe dos serviços de saúde, em especial o profissional enfermeiro, deve estar sensibilizada quanto aos direitos da população LGBT levando em conta particularidades como identidade de gênero, religião, estilo de vida, prática sexual e o meio onde ela vive.

5. Conclusão

Ao examinar os artigos selecionados, expressamos que as ações desenvolvidas pelo profissional enfermeiro são de grande importância para prevenção das IST's na atenção primária, contribuem para assegurar uma melhor prática da Sistematização da Assistência da Enfermagem, além de estimular a educação em saúde, realizando a promoção e prevenção. O tratamento das pessoas com IST melhora a qualidade de vida e interrompe a cadeia de transmissão. Foi evidenciado que a falta de preparo, informação e o pré-conceito dos profissionais de saúde dificulta o acesso da população LGBT aos serviços da APS, tendo como consequência um atendimento ineficaz e uma baixa disseminação de informações, estabelecimento de um fluxo assistencial e necessidade de técnicas educativas, preventivas e educação continuada com o uso de metodologias ativas para os profissionais e estudantes de saúde.

Nas discussões discutimos dois temas de muita importância como: A atuação do Enfermeiro no manejo das IST's na atenção primária à saúde. Segundo o Código de Ética Profissional de Enfermagem, os princípios desta ciência estão comprometidos com a saúde e a qualidade de vida da pessoa e da coletividade.

O principal serviço de saúde responsável por esse controle é a atenção básica, devendo existir ainda, quando necessário, a interação desse serviço com os de média e alta complexidade. O profissional de enfermagem deve estar atento às diversas formas de cuidado, não apenas focalizado no biológico e técnico, deve compreender e promover outros aspectos, tais como determinantes e condicionantes sociais da saúde.

No segundo tema temos: Motivos que geram dificuldade ao acesso da população LGBT aos serviços da Atenção Primária de Saúde. Os motivos elencados são os mais diversos como a violência incluindo discriminação, constrangimento e estigma. Outro ponto que importante é que muitos adolescentes LGBTs não procuram ajuda nas unidades de saúde é pela exigência da presença dos pais ou do responsável legal. Grande maioria dos jovens perdem o vínculo com seus familiares devido a não aceitação frente ao protótipo heterocisnormativo.

As necessidades específicas e dificuldades enfrentados pela comunidade LGBT exigem um preparo, e a falta de treinamento pode aumentar o preconceito e a discriminação por isso deve-se investir na educação dos profissionais e em diretrizes práticas para que assim haja uma ampla oferta, abrangente, científica e humanizada a esse grupo populacional.

Desse modo, é importante uma consulta de enfermagem com respeito e empatia, além da criação de novas estratégias de propagação de informações, como a utilização das redes sociais e a inclusão de ações de educação em saúde em escolas e lugares com grande público adolescente e LGBT.

Toda a equipe dos serviços de saúde, em especial o profissional enfermeiro, deve estar sensibilizada quanto aos direitos da população LGBT. As equipes multidisciplinares devem estar sempre envolvidas nas atualizações, protocolos e manuais de saúde voltados ao acolhimento e tratamento da população LGBT.

Através da implementação das políticas públicas de saúde destinada à população LGBT, adquirimos maior abertura e aceitação desse público na adesão do tratamento individual e coletivo, abraçar a causa é um dever de cidadania e

responsabilidade com o juramento que todos fazem na formação do atendimento de qualidade e direito de igualdade para todos. Espera-se que outros estudos sejam conduzidos com o propósito de levantar discussões ainda pouco ponderadas na prevenção do HPV e que busquem detectar novas estratégias para aprimorar a atuação da enfermagem a fim de respaldar a sua importância acerca da temática.

Com esse estudo, espera-se que portas possam ser abertas para outros escritores que pretendem abordar a mesma temática, sugerindo que pesquisem mais sobre a população LGBT, seus anseios e as condutas dos profissionais de saúde dentro e fora das UBS com um olhar mais empático e atento a essa população.

Referências

- ABGLT. (2020). Manual de comunicação LGBT. <https://unids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>
- Albuquerque, G. A. et al. (2018). *Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil*. *Saúde em Debate*. 37(98), 516-24.
- Almeida F.T. & Arantes L.N. (2019). A falta de efetividade das políticas públicas de acesso à saúde para a comunidade LGBT: Desafios do passado para o presente e futuro.
- Belém J.M., & Alves M. J. H., et al.(2018) Atenção à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família. *Revista Baiana Enfermagem* (32) - 26475.
- Bertelli B.R.M.C & Krug S.B.F., et al. (2020). *Percepções de enfermeiros acerca da população LGBT+ e os seus entrelaces com a Atenção Primária à Saúde*. RIPS, Santa Cruz do Sul (RS), 3(3) 10-15
- Bezerra M.V.R. & Moreno C.A. et al.(2019). Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva.
- Fontinele D. C. S. S. & Pereira F. C. C. et al. (2018). Ações de Enfermagem para inserção dos homossexuais soropositivos nos serviços de saúde. Natal -RN
- Guimarães R.C.P. & Lorenzo C.F.G., et al. (2021). Patologização e invisibilidade: reconhecimento das demandas e acolhimento da população LGBT na atenção básica. Brasília, DF.
- Santana, A. D. S., Lima, M. S. et al. (2019). Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista de enfermagem*.35(90) 50-60
- Silva A. & Alves G. (2020) Política Nacional de Saúde Integral de LGBT: Percepção de enfermeiros da atenção primária à saúde.
- Silva, A. L., Finkler, M. & Moretti-Pires.(2019). Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas lgbt.
- Oliveira G. S., Nogueira J. A., Costa G. P. O. et al 2018. Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais. *Revista de enfermagem*. (10)5 20-25.
- Pinto, D. R. & Oliveira, M. J. (2020). Saúde da população lgbt na atenção primária e seus principais desafios.unila.Repositório Institucional da UNILA. <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6262>
- Equipe boa saúde (2020). Histórico da AIDS. <https://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/3838/-1/historico-da-aids-uma-historia-de-lutas-decepcoes-guerra-de-vaidades-e-coragem.html>.
- Ministério da saúde (2013). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Ministério dos Direitos Humanos (2018). Manual Orientador Sobre Diversidade. https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf/view
- Ministério da Saúde (2014). Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Caderno de boas práticas em HIV/AIDS na atenção primária. <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2014/caderno-de-boas-praticas-em-hivaids-na-atencao-basica>
- Ministério da Saúde (2015). Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf